

10 FEV 1987

Sem FMI, a recessão

Síndia Etúna

Ao titubear em recorrer ao FMI em 1982, experimentou o Brasil, no ano seguinte, recessão ainda mais violenta. O episódio merece reflexão neste momento ainda mais sério, desde que se deseje evitar uma recessão superior, em profundidade, àquela que seria necessária. Ao que nos parece, alguns, nos círculos políticos e acadêmicos, estão conscientes do problema: o governo, vítima dos seus ataques demagógicos ao organismo internacional, deve agora preparar o terreno para poder adotar uma política de bom senso.

É evidente que se o presidente da República pretende voltar atrás sómente poderá consegui-lo mudando a sua equipe econômica, a qual, durante meses, afastou a idéia de se recorrer ao FMI, vangloriando-se de poder obter uma boa renegociação sem o monitoramento do organismo internacional. Hoje, fica igualmente evidente que, sem essa intermediação, o Brasil conseguirá apenas uma ajuda de curto prazo e em condições incapazes de proporcionar ao País verdadeiro alívio.

Tudo isso já foi confirmado com

a renegociação do Clube de Paris, que não nos poupa o vexame de ter de voltar à mesa de negociações para discutir os vencimentos do segundo semestre do ano, onde não se incluem os juros do primeiro, aos quais poderíamos ter escapado, e que nos ofereceu condições de prazo e de carência muito menos vantajosas do que aquelas que recebemos no passado e das proporcionadas a outros países (como o México e as Filipinas). Ainda pior: ao contrário daquilo que parecia constituir uma certeza, as portas das agências oficiais de crédito (tipo Eximbank) não se estão abrindo para o Brasil.

Se o acordo com o Clube de Paris nos permite reiniciar os entendimentos com os bancos credores para obter não apenas a renegociação dos vencimentos futuros como também alguns novos recursos, sabemos igualmente que não nos será possível chegar a um acordo plurianual, e, ainda, que se conseguirmos algum *new money* isso ocorrerá a curto prazo, em quantia insuficiente e com pagamento de um *spread* ainda elevado.

Ora, é evidente que, se não conseguirmos os quatro ou cinco bilhões de dólares de *new money* (por intermédio dos organismos mundiais, regionais, das agências oficiais e dos bancos credores), o Brasil não poderá realizar o mínimo de investimento necessário, obrigando-se a seguir a mais severa política de importação (já iniciada), a um ponto capaz de precipitar uma recessão, podendo o nosso protecionismo obrigatório levar outros países a adotar medidas contra as importações de produtos brasileiros. Urge tomar consciência de que as reservas internacionais de que dispomos (quatro bilhões de dólares, segundo o governo) são nitidamente insuficientes (ainda que cheguem a esse valor) para nos permitir honrar os compromissos que, em nome de nossa soberania, estamos multiplicando.

Ora, é evidente que um acordo com o FMI nos abriria novas perspectivas. Economistas de diversas escolas (Mário Henrique Simonsen e Edmar Bacha, por exemplo) reconhecem a necessidade de se recorrer ao organismo internacional. Também

políticos dotados de bom senso, como o senador Fernando Henrique Cardoso — que não se pode incluir entre os conservadores —, admitem a necessidade de revisão da nossa situação frente ao FMI. Lembram todos que esse organismo evolui muito nos últimos anos e que seu novo diretor-gerente, Michel Camdessus, somente poderá levá-lo a um rumo mais realista ao reconhecer a necessidade de certo crescimento para os países endividados e a possibilidade de estabelecimento de uma condicionalidade de duas mãos com o compromisso dos credores de participar em maior escala desde que, por razões que isentem tais países, se verifique a sua impossibilidade de chegar às metas programadas. O exemplo de outras nações (mesmo da Bolívia e do Chile!) mostra que as receitas do FMI são necessárias; ademais, a desordem em que vivemos comprova, mais que nunca, que precisamos controlar políticas insensatas. A cada hora que se perde, agrava-se a nossa situação, capaz de nos precipitar numa crise de consequências sociais e políticas previsivelmente muito graves.